

Estado arrecada a valorização salarial de milhares de trabalhadores

SINTAP exige justiça fiscal para todos

O **SINTAP**, após análise da atual situação política e sindical, com especial enfoque na aplicação e no desenvolvimento das matérias constantes no acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da Administração Pública celebrado com o Governo em outubro de 2022, considera:

1. Que o Governo deve proceder à **imediata correção das tabelas de retenção na fonte do IRS, de modo a evitar as situações inadmissíveis e incompreensíveis que conduzem a que trabalhadores vejam os seus aumentos salariais e valorizações das carreiras de 104 euros serem totalmente absorvido pelas enormes contribuições e impostos obrigatórios a que estão sujeitos**, ficando, inclusivamente, a auferir vencimentos líquidos inferiores a colegas, muitos deles recém-admitidos nos quadros dos serviços públicos, que têm como salário a base remuneratória da Administração Pública;
2. que a **ausência de respostas do Governo** relativamente à necessidade urgente de corrigir estas situações de enorme injustiça, **conduzirá, inevitavelmente, à tomada de todas as ações de luta consideradas necessárias para que a justiça seja reposta**, lembrando que esta urgência é tanto maior se considerarmos que em causa está a capacidade das famílias de mais baixos rendimentos para resistirem às grandes dificuldades que atravessam devido aos efeitos da anormal subida do custo de vida;
3. que o Governo tem de **cumprir integralmente todos os pontos do texto acordado**, nomeadamente no que **respeita à negociação das carreiras subsistentes e não revistas de grau de complexidade 2 e 3 (polícias municipais, TPRS, inspetores externos do Estado, informáticos, do setor da Justiça, entre outras)**, uma vez que tarda em ser definido um calendário negocial com esse objetivo, algo que já devia ter sido feito ainda antes do final de 2022, bem como **a abertura do processo de negociação de revisão do SIADAP**, previsto também para o corrente mês de janeiro, tendo em vista o alcance de um sistema de avaliação mais justo e que permita que os trabalhadores possam progredir mais rapidamente em carreiras cujo topo é, atualmente, inalcançável para a vasta maioria;
4. enquanto Sindicato que é dos mais representativos de todas as carreiras do setor da Educação, o **SINTAP apoia todas as formas de luta levadas a cabo pelos trabalhadores do setor**, e exigindo da parte do Governo o desenvolvimento de processos de negociação com o objetivo de encontrar soluções justas e respeitadoras dos direitos de todos os trabalhadores e promotoras da excelência do ensino público no nosso país.

O **SINTAP** considera fulcral que o Governo avance nos processos negociais em curso, como o da criação da carreira de técnico auxiliar de saúde, que **dê sinais claros de que pretende agir de forma semelhante face aos outros setores da Administração Pública (Educação, Segurança Social, Autarquias, Justiça, etc.)**, e que respeite o espírito do acordo recentemente assinado, nomeadamente através da abertura de processos de negociação que corrijam as injustiças geradas e de outros que permitam avançar no que **respeita à valorização de todas as carreiras da Administração Pública**, impedindo o crescimento da insatisfação e da crispação e restabelecendo um clima de confiança e de previsibilidade enquanto condição basilar para a promoção do bem-estar dos trabalhadores e das suas famílias, bem como do bom funcionamento dos serviços públicos.

Lisboa, 17 de janeiro de 2023